

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Nível Superior

MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO

Provas Objetivas e Prova Discursiva

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a respectiva folha.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e a sua Folha de Texto Definitivo e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros, que expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10

1 Ao contrário do que aconteceu na América Hispânica, onde universidades católicas foram criadas já no século XVI, no início da colonização, no Brasil não existiram universidades
4 nem outras instituições de ensino superior durante todo o período colonial. A política da coroa portuguesa sempre foi a de impedir a formação de quadros intelectuais nas colônias, de
7 forma a concentrar na metrópole a formação de nível superior. Mesmo a iniciativa jesuíta de estabelecer um seminário que pudesse formar um clero brasileiro, o que instituiu boa parte do
10 pouco ensino organizado que então havia na colônia, foi destruída quando ocorreu a expulsão da Companhia de Jesus, efetuada pelo Marquês de Pombal no final do século XVIII.

13 Foi apenas no início do século seguinte — em 1808, quando a Coroa portuguesa, ameaçada pela invasão napoleônica da metrópole, se trasladou para o Brasil com toda
16 a corte — que teve início a história do ensino superior no país. No mesmo ano da chegada do rei português, foram fundadas duas escolas de cirurgia e anatomia, uma na Bahia e outra no
19 Rio de Janeiro, e a Academia de Guarda da Marinha, também no Rio. Em 1927, foram criadas duas faculdades de direito, uma em São Paulo e outra em Olinda.

22 Não houve então nenhuma preocupação e nenhum interesse em criar uma universidade. O que se procurava era formar alguns profissionais necessários ao aparelho do Estado
25 e às necessidades da elite local, como advogados, engenheiros e médicos. Também não se cogitou entregar à Igreja Católica a responsabilidade pelo ensino superior, como havia ocorrido
28 nas colônias da Espanha.

Com a presença da corte portuguesa, a independência não só foi tardia, mas se deu com a preservação da monarquia
31 e da própria dinastia de Bragança, que governou o país até o final do século. Isso caracterizou um desenvolvimento histórico marcadamente diverso daquele que foi próprio dos demais
34 países do continente, nos quais a independência deu lugar a regimes e ideais republicanos. Na área educacional, o processo seguiu o modelo estabelecido em 1808. Embora se tenha
37 constituído como um sistema estatal sob a influência, mas não sob a gestão, da Igreja Católica (seguindo uma tradição já existente em Portugal desde o século anterior), não se criaram
40 universidades, mas escolas autônomas para a formação de profissionais liberais. A criação dessas escolas era de iniciativa exclusiva da Coroa.

Ennice R. Durham. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. Internet: <<http://nupps.usp.br>> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 O ensino organizado que se verificou durante o Brasil colônia teve grande participação dos jesuítas.
- 2 A Coroa portuguesa fundou escolas de ensino superior quando veio para o Brasil porque os membros da corte precisavam de um ensino de qualidade.
- 3 A demora na efetivação da independência do Brasil está relacionada à presença da corte portuguesa no país no século XIX.
- 4 Um fato marcante na história das universidades nos países latino-americanos é que a maior parte delas foi fundada já no século XVI, no início da colonização.
- 5 De acordo com o texto, Portugal não tinha interesse em fundar escolas no Brasil, o que pode ser comprovado pela expulsão da Companhia de Jesus do país.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto, devendo ser julgado certo se, além de gramaticalmente correto, mantiver o sentido original do texto, ou errado, em caso contrário.

- 6 “não se criaram (...) profissionais liberais.” (l.39-41): não foram criadas universidades, e, sim, escolas autônomas para a formação de profissionais liberais.
- 7 “no Brasil (...) período colonial.” (l.3-5): durante todo o período colonial, não houve no Brasil universidades nem outras instituições de ensino superior.
- 8 “Mesmo a iniciativa (...) foi destruída” (l.8-11): Até a iniciativa jesuíta de estabelecer um seminário que fosse capaz de formar um clero brasileiro, que instituiu boa parte do pouco ensino organizado que então havia na colônia, foi destruída
- 9 “em 1808 (...) toda a corte” (l.13-16): em 1808, quando os portugueses ameaçados pela invasão napoleônica da metrópole se trasladaram para o Brasil
- 10 “Isso caracterizou (...) ideais republicanos.” (l.32-35): Isso caracterizou um desenvolvimento histórico notadamente diferente daquele que foi próprio dos demais países do continente, nos quais a independência deu lugar às políticas e ideais republicanos.

Texto para os itens de 11 a 18

Julgue os próximos itens com base nas ideias do texto.

1 Um conjunto de mudanças quantitativas e estruturais nas universidades tem promovido o surgimento de um novo tipo de instituição acadêmica, que ocupa papel de destaque no funcionamento proposto pelo modelo dinâmico da “hélice tripla”, ou modelo de pesquisa multidirecional. Nesse caso, além de desempenhar suas tradicionais atividades de ensino e pesquisa, a universidade estaria assumindo a missão de usar o conhecimento científico produzido em suas pesquisas para apoiar o desenvolvimento social e econômico do ambiente.

10 Entretanto, há estudiosos que afirmam que as universidades não se estruturam em função dessas atividades, mas que essas instituições as articulam convenientemente de acordo com as possibilidades apresentadas por sua história e tradição, pelos recursos financeiros e humanos de que dispõem, pela “clientela” que devem atender, pelo contexto social vigente, pelas políticas públicas e privadas que as afetem direta ou indiretamente. Sugerem que as universidades desempenham três diferentes funções — ensino superior em massa (licenciatura); ensino superior profissional (bacharelado) e pesquisa para a resolução de problemas; e formação de pesquisadores acadêmicos (formação de mestres e doutores e publicação de artigos científicos) —, e que as inúmeras combinações possíveis dessas funções são a variável-chave na explicação da posição ocupada pelas universidades em quaisquer classificações.

Adicionalmente, outros subtemas ajudam a conformar o universo de estudos que tratam da relação entre universidades e empresas. São relevantes, nesse contexto, o efeito do arcabouço legal que designa a própria universidade como beneficiária da exploração comercial dos resultados de suas pesquisas, ainda que financiadas com recursos governamentais; o processo de criação e a avaliação de desempenho dos escritórios de transferência de tecnologia e o processo de criação de empresas dedicadas a explorar os resultados das pesquisas acadêmicas como iniciativa empreendedora dos seus pesquisadores, entre outros.

Rodrigo Maia de Oliveira. **Proteção e comercialização da pesquisa acadêmica no Brasil: motivações e percepções dos inventores**. SP: UNICAMP, 2011. Tese de doutoramento. Internet: <www.bibliotecadigital.unicamp.br> (com adaptações).

- 11 De acordo com o texto, a exploração comercial dos resultados de pesquisas desenvolvidas nas universidades constitui atividade legal.
- 12 O “novo tipo de instituição acadêmica” (ℓ.2-3) a que o texto se refere é a universidade que tem, entre outras, a missão de apoiar o desenvolvimento socioeconômico por meio das pesquisas que desenvolve.
- 13 O trecho introduzido pela conjunção “Entretanto” (ℓ.10) estabelece explícita divergência com as informações contidas no primeiro parágrafo do texto acerca do modo como se estruturam as atividades das universidades.
- 14 A partir da justaposição de “ensino superior profissional (bacharelado)” (ℓ.19) e “pesquisa para a resolução de problemas” (ℓ.20), é correto inferir que as atividades desenvolvidas nos cursos de bacharelado são estritamente voltadas à pesquisa para a resolução de problemas.

Com referência às estruturas linguísticas do texto, julgue os itens seguintes.

- 15 O pronome “as” (ℓ.12) remete às “atividades” citadas anteriormente na expressão “dessas atividades” (ℓ.11).
- 16 De acordo com o sentido do texto, no trecho “de que dispõem” (ℓ.14) o emprego da preposição é facultativo, uma vez que o verbo dispor pode ter tanto complementação direta quanto indireta.
- 17 As orações “que as universidades (...) diferentes funções” (ℓ.17-18) e “que as inúmeras (...) quaisquer classificações” (ℓ.22-25) são coordenadas e funcionam como complemento da forma verbal “Sugerem” (ℓ.17), cujo sujeito é indeterminado.
- 18 A forma verbal “ocupa” (ℓ.3) denota concordância com o nome que constitui o núcleo de seu sujeito: “tipo” (ℓ.3).

Em cada um dos itens a seguir, é apresentado um trecho de texto, que deve ser julgado certo se estiver correto e adequado para compor o tipo de correspondência oficial indicada em negrito, ou errado, em caso contrário.

19 Ata – O Secretário tomou a palavra e esclareceu que, de acordo com pesquisa realizada pela CNI, aproximadamente 70% das empresas no Brasil sofrem dificuldades decorrentes da má qualificação profissional. E apesar de a maioria oferecer treinamento na própria empresa, para contornar o atraso, a deficiência na qualidade do ensino básico foi apontada como elemento limitante para a capacitação. Em muitos casos, é necessário retomar estágios fundamentais para auxiliar o aluno a alcançar o nível técnico desejado.

20 Memorando – Esclarecemos à Vossa Senhoria que entre as propostas debatidas, com a participação de reitores universitários, representantes de governos e empresários, figurou o fortalecimento dos ensinos básico e médio, com a valorização dos professores e a adoção de iniciativas para a melhoria substancial da gestão escolar. Para fortalecer esses objetivos em 2011, o governo federal lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), visando a abrir 8 milhões de vagas até 2014.

21 Relatório – Constatou-se que há no país 2,2 milhões de jovens entre os dezoito e os vinte e quatro anos de idade fora da escola e do mercado de trabalho. Além disso, o nível de escolaridade dos trabalhadores é um dado significativo: hoje, 5,6 milhões de empregados na indústria nacional não possuem sequer o ensino médio. Com o intuito de mudar esse quadro, sugestões estão sendo discutidas nos estados para a criação de uma agenda profissionalizante no âmbito do movimento Educação para o Mundo do Trabalho.

Com referência à Lei Federal n.º 8.429/1992, também conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, julgue os itens subsequentes.

22 Na hipótese de o servidor de determinado órgão da administração direta frustrar a licitude de concurso público, esse ato de improbidade administrativa poderá ser punido com a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio do servidor, a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, além do pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

23 Para que uma conduta seja considerada um ato de improbidade administrativa, é imprescindível que ela tenha repercussão patrimonial positiva para o agente público que a praticar ou negativa para a entidade a que ele estiver vinculado.

24 O agente público que venha a praticar ato de improbidade administrativa que cause lesão ao patrimônio público deverá ressarcir integralmente o dano e, caso venha a falecer antes de terminado o processo, seus sucessores responderão até o limite do valor da herança.

Tendo em vista que, na análise dos aspectos que envolvem a ética e os serviços públicos, é imprescindível considerar que a prestação desses serviços tem como base o servidor público ou funcionário público, recrutados no meio social de onde se originam os seus valores tradicionais, julgue o item seguinte.

25 A função pública do servidor caracteriza seu exercício profissional, integrando-se, desse modo, à sua vida particular, fazendo que seus atos na conduta diária da vida privada cresçam ou diminuam o seu bom conceito na vida funcional.

Com relação ao processo administrativo federal e ao estágio probatório, julgue os próximos itens à luz das Leis n.º 9.784/1999 e n.º 8.112/1990, respectivamente.

- 26 Nos processos administrativos que visem apurar responsabilidade do servidor público, o recurso administrativo interposto contra a decisão que lhe imponha multa pecuniária somente será conhecido se apresentado com a caução do valor atribuído pela autoridade ou com a indicação de um bem para esse fim.
- 27 O princípio da autotutela impõe à administração pública o dever de anular seus atos por ilegalidade ou, presentes os requisitos de conveniência e oportunidade, anulá-los quando não mais servirem ao interesse público.
- 28 O servidor que entrar no exercício de cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de vinte e quatro meses, durante o qual a sua aptidão e a sua capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo. Nessa condição, ele poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento tanto no órgão ou entidade de lotação quanto em órgão para o qual seja cedido.

A respeito do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade de Brasília, julgue o item abaixo.

- 29 A administração superior da Universidade de Brasília é de responsabilidade dos conselhos superiores, que atuam como órgãos normativos, deliberativos e consultivos, bem como da Reitoria, que exerce a função de órgão executivo.

Com relação ao conceito, à classificação e aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

- 30 A constituição é outorgada quando é externada com a participação dos cidadãos, uma vez que as normas constitucionais são estatuídas pela deliberação majoritária dos agentes do poder constituinte.
- 31 A CF, no que diz respeito à forma, é uma constituição consuetudinária.

Julgue os itens seguintes, acerca dos direitos e garantias fundamentais.

- 32 O direito à imagem preserva os atributos ou predicados da pessoa, atributos esses que a fazem merecedora de apreço no convívio social.
- 33 À luz dos preceitos constitucionais, é possível que uma pessoa detenha a nacionalidade brasileira, mas não possa exercer a sua cidadania.
- 34 Um cidadão naturalizado brasileiro não pode ser eleito para o cargo de senador da República.
- 35 A imunidade contra a autoincriminação é traduzida como garantia constitucional e consiste no direito de deixar de responder a uma indagação de autoridade pública cuja resposta possa advir ao declarante a imputação de uma infração penal.

A respeito da administração pública, julgue os itens subsecutivos.

- 36 As secretarias estaduais compõem a estrutura da administração indireta de um estado da Federação.
- 37 As entidades políticas são aquelas que recebem suas atribuições da própria CF, exercendo-as com plena autonomia.

Na véspera do Dia Sete de Setembro, a presidenta Dilma Rousseff fez um pronunciamento em cadeia de rádio e TV no qual afirmou que a população tem o direito de se indignar e de cobrar mudanças. No Dia da Independência, protestos contra a corrupção foram convocados em pelo menos 135 cidades do país.




O Estado de S.Paulo, capa, 7/9/2013 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, relativos às manifestações populares ocorridas ao longo do presente ano.

- 38 No caso da maior metrópole brasileira, São Paulo, os protestos deveram-se ao exorbitante aumento das tarifas dos ônibus urbanos, fato que se repetia pela segunda vez em menos de um semestre, praticamente inexistindo manifestações de cobrança quanto ao comportamento ético dos agentes públicos.
- 39 O cancelamento do desfile militar do Dia da Independência, na capital federal e em diversas cidades do país, foi decisão tomada por governantes tendo em vista a dimensão dos protestos.
- 40 Durante as manifestações de rua, grupos como o *Black Bloc*, cujos membros usaram máscaras para impedir que fossem identificados, colaboraram com as forças policiais para impedir atos de violência, como, por exemplo, a depredação de bens públicos e privados.
- 41 Entre os elementos motivadores das manifestações populares que tomaram conta das ruas no último mês de junho, em várias cidades brasileiras, os serviços públicos de baixa qualidade oferecidos à população, como é o caso dos transportes urbanos, ocuparam posição de destaque na pauta dos protestos.
- 42 O tradicional Grito dos Excluídos, que é organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e reúne diversos movimentos sociais em passeatas paralelas às cerimônias de comemoração do Dia da Independência, também se fez presente nas ruas, em várias cidades.



Com referência a conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e *intranet*, e considerando a figura acima, que mostra uma página da Internet, julgue os itens subsequentes.

- 43 O símbolo  no canto direito da barra de endereços do navegador indica que a página é segura.
- 44 De acordo com a interface gráfica mostrada na figura, é correto afirmar que a página eletrônica em questão foi acessada mediante o uso do navegador Microsoft Internet Explorer.
- 45 O campo  permite procurar informações contidas no sítio da Universidade de Brasília. Para isso, basta digitar uma ou mais palavras-chave nesse campo e clicar sobre o botão ; após esse procedimento, será apresentada uma lista de *links* referentes à(s) palavra(s)-chave digitada(s).
- 46 O link [UnB Webmail](#) possibilita o acesso ao serviço de *webmail*, que permite a leitura ou o envio de mensagens de correio eletrônico a partir de qualquer computador ligado à Internet.
- 47 Para copiar a imagem da página em questão e inseri-la em um documento do Microsoft Word, é necessário salvá-la em *software* de tratamento de imagens, como o Paint, por exemplo, para, em seguida, colá-la no documento em edição no Microsoft Word.

Acerca de sistemas operacionais e aplicativos, julgue os itens a seguir.

- 48 O sistema operacional atua no gerenciamento de arquivos, embora não seja o único responsável pela velocidade de acesso a esses arquivos.
- 49 Uma planilha do Microsoft Excel pode ser inserida em um documento em edição no Microsoft Word mediante o uso do recurso Inserir objeto.
- 50 Fazer um *backup* de um arquivo de uma unidade mapeada na rede garante que todas as alterações desse arquivo serão armazenadas automaticamente.